



SOCIEDADE ABERTA

Um erro estratégico



Domingues de Azevedo

Bastonário da
Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

Os juízes decidiram, está decidido. Deliberou o Tribunal Constitucional que quatro normas do Orçamento do Estado 2013 são inconstitucionais. Creio até que o órgão de soberania foi brando com o documento da responsabilidade do governo, nomeadamente no que diz respeito à contribuição extraordinária de solidariedade (CES). Esperava que fosse tomada outra posição. A tentativa de tratar de forma igualitária fiscalmente os contribuintes trabalhadores e os reformados é de “per si”, como iniciativa, um fator de injustiça tributária. A tributação centra-se nos rendimentos e não na realidade objetiva dos cidadãos.

Nos dias que se seguiram à ansiada deliberação, o governo fez um simulacro de remodelação e dramatizou, atirando o ónus da culpa dos maus resultados económico-financeiros do país para a decisão dos magistrados da do Palácio Ratton.

O plano B, engendrado de forma atabalhoada e na ressaca dos acontecimentos, será anunciado esta quinta-feira. Depois do garrote fiscal, das “poupanças” e do “congelamento” do Estado, agora virão os cortes, muitos deles necessariamente cegos e grosseiros, sem olhar a meios, em setores tão sensíveis como a educação, a saúde e a segurança social.

Chegou o tempo de pedir sacrifícios a outras classes sociais e não apenas aos trabalhadores por conta de outrem. Os do costume, para simplificar.

Infelizmente, o ministro Vítor Gaspar, para muitos o verdadeiro primeiro-ministro deste governo, continua a viver noutro domínio: o dos números. A real dimensão do impacto das suas opções políticas ainda estão por avaliar, mas um dia se fará o balanço. Certo é que tem sido regra, nestes dois anos que leva na pasta das Finanças, punir sem apelo nem agravo sempre os mesmos, deixando à margem determinados grupos sociais.

Em vez de a aposta na fiscalidade ser enquanto fator de competitividade, usam-na para penalizar setores e agentes concretos.

A obediência à troika fez o governo atirar às malvas as realidades complexas e concretas das pessoas, bem como a sua capacidade contributiva. Esquecem-se que a justiça fiscal não se pode coadunar com objetivos cegos de um ajustamento orçamental feito em ritmo vertiginoso. No fundo, prescindiu-se de princípios basilares num Estado que se quer fiscalmente justo e equilibrado.

O ministro das Finanças pode perceber muito de cálculos e de previsões (?), mas falta-lhe a experiência de vida quotidiana. Falta-lhe rua. Desconhece o que é precisar de comprar um bem essencial para matar e fome e não ter dinheiro; desconhece o que é um empregado da restauração ver o seu negócio dizimado por impostos e ter de despedir funcionários, arrastando consigo famílias inteiras para o desespero. É aquilo que eu chamo um erro estratégico de palmatória que um dia, quando a poeira assentar, veremos que custou muito caro ao país.

Será que os protagonistas destas políticas não entendem que sem negócios não há cobrança de impostos?

A coligação já viveu dias mais risonhos, mas é de saudar a iniciativa que o CDS tem tido ao afirmar, alto e em bom som, que a solução passa por “equilibrar o pilar económico” com o “pilar financeiro”, que tem tido uma desmesurada prevalência neste governo.

O ministro das Finanças gosta de ripostar a quem lhes suplica por crescimento económico: “Não há dinheiro! Qual destas palavras não percebeu?”. Se me permite, e com o devido respeito, vou retorquir a essas palavras com uma pergunta não menos pertinente: “A receita da austeridade está esgotada! Qual destas palavras não percebem?”. ■